Parte II - Mulheres, Direitos e Instituições

4. Os papéis da corte interamericana de direitos humanos e da corte europeia de direitos humanos no enfrentamento da violência de gênero

Mariângela Gama de Magalhães Gomes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GOMES, M.G.M. Os papéis da corte interamericana de direitos humanos e da corte europeia de direitos humanos no enfrentamento da violência de gênero. In: VITALE, D., and NAGAMINEM R., eds. *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 96-121. ISBN: 978-85-232-1863-8. <https://doi.org/10.7476/9788523218638.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

OS PAPÉIS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO¹

Mariângela Gama de Magalhães Gomes

¹ Esse artigo foi produzido durante a vigência de Bolsa de Pesquisa no Exterior concedida pela FAPESP, sendo um de seus resultados (processo nº 2017/23808-4, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste artigo são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Introdução

O enfrentamento das discriminações relacionadas ao gênero, e mais especificamente os problemas envolvendo a violência contra as mulheres, vem sendo feito, de forma paralela, pelos dois maiores sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, quais sejam, os sistemas europeu e interamericano. Embora as realidades nas quais os órgãos de controle são chamados a atuar não sejam necessariamente semelhantes, é possível aferir certa convergência no que diz respeito à atribuição de responsabilidade aos Estados em função da ausência de proteção conferida às mulheres quando inseridas em contextos de vulnerabilidade.

O objetivo deste estudo é expor, ainda que de maneira sucinta, dois casos e suas respectivas soluções dadas pelos correspondentes órgãos regionais de proteção. Assim, serão analisados os casos *Talpis contra a Itália* e *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, julgados pela Corte Europeia de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos, respectivamente. Pretende-se, com isso, observar o papel desempenhado por estes dois importantes órgãos internacionais na proteção das mulheres frente a violações de seus direitos humanos.

Para tanto, serão feitas algumas considerações iniciais acerca do papel dos dois referidos órgãos na proteção aos direitos humanos, seguida pela descrição dos mencionados casos e, finalmente, realizar-se-á uma análise conjunta a fim de identificar o percurso que vem sendo feito nos dois continentes para que os direitos das mulheres sejam efetivamente tutelados e elas respeitadas em sua dignidade.

Os sistemas regionais de proteção aos direitos humanos e seus principais órgãos de atuação

O processo de proteção aos direitos humanos, universal e positivo, foi inaugurado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A partir de então, passou-se a entender que todos os seres humanos são destinatários de tais direitos, independentemente do Estado ao

qual pertençam, e sua proteção ocorre de maneira formal, reconhecendo-se sua tutela até mesmo contra o próprio Estado. (BOBBIO, 2004; MEZZETTI, 2010)

Nesse sentido, a comunidade internacional deixou de ser composta exclusivamente por Estados e organizações internacionais, podendo ser qualificada como comunidade universal dos homens. Nessa esfera, o direito internacional dos direitos humanos passou a assumir a mesma função que o direito constitucional exerce nos ordenamentos estatais, impondo regras que limitam a atuação dos ordenamentos nacionais, verdadeiros órgãos descentralizados da comunidade universal. Dessa forma, a *Declaração Universal de Direitos do Homem*, com seus princípios e valores juridicamente vinculantes, passou a apresentar-se como parâmetro para a avaliação da legitimidade dos comportamentos dos Estados e dos indivíduos, ao mesmo tempo em que assinala a posição do ser humano no centro da ordem jurídica. (MEZZETTI, 2010)

A esse primeiro documento internacional, fundamental para o desenvolvimento dos direitos, princípios e valores ali presentes, foi posteriormente acrescida uma pluralidade de tratados e convenções concebidas no âmbito das Nações Unidas, entre os quais se destacam os Pactos da ONU de 1966: o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (com seus Protocolos Opcionais de 1966 e 1989) e o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (com seu Protocolo Opcional de 2008).

Não obstante todos os documentos internacionais de alcance universal, houve um significativo avanço no sentido de conferir efetiva tutela aos direitos humanos com a criação de sistemas regionais de proteção. Tais sistemas diferenciam-se do anterior, uma vez que suas normas obrigam exclusivamente os Estados pertencentes a uma determinada região geográfica. A partir do norte fixado pelas normas de caráter universal, os instrumentos regionais devem sempre procurar ampliar a proteção dos direitos humanos por meio da previsão de novas tutelas ou pelo reforço às garantias já conferidas de forma ampla, numa relação de complementaridade. (AMARAL JÚNIOR, 2013; PIOVESAN, 2003)

O primeiro documento regional criado – que serviu de inspiração para os posteriores – foi a *Convenção Europeia de Direitos Humanos*, de

1950. Esta, além de conferir proteção a direitos já presentes em outros instrumentos, deu importante avanço ao prever um sistema de garantia jurisdicional para dotá-los de efetividade, composto por uma Comissão Permanente e uma Corte Europeia dos Direitos Humanos, às quais estava prevista a possibilidade de recebimento de petições individuais. (FRAGOSO, 1977)

Assim, se até aquele momento podiam ser observadas medidas de *promoção e controle* dos direitos humanos, como as contidas nos Pactos da ONU de 1966, dirigidas a promover o reforço dos sistemas jurídicos nacionais, a partir de então se deu a introdução de medidas de *garantia*, cujo objetivo era a criação de uma jurisdição nova e mais elevada, de uma verdadeira tutela judicial de alcance internacional, que substituísse a tutela nacional quando esta fosse insuficiente ou inexistente. Segundo Bobbio, a importância desta terceira modalidade de proteção está em que só é possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos humanos quando uma jurisdição internacional consegue impor-se e superpor-se às jurisdições nacionais, e quando se realiza a passagem da garantia dentro do Estado para a garantia contra o Estado. (BOBBIO, 2004)

Na América, por sua vez – embora em abril de 1948 já tivesse sido elaborada a *Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos*, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana ocorrida em Bogotá –, o Conselho da Organização dos Estados Americanos redigiu, em 1969, em São José da Costa Rica, a *Convenção Americana de Direitos Humanos*, ou Pacto de São José da Costa Rica, documento análogo à *Convenção Europeia de Direitos Humanos*. A importância desse documento foi ressaltada pela Corte Interamericana quando observou que seu objeto e fim são a proteção dos direitos fundamentais dos seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, tanto frente ao próprio Estado como frente aos outros Estados contratantes. Ao aprovar este tratado, os Estados se submetem a uma ordem legal dentro da qual eles, pelo bem comum, assumem várias obrigações não em relação aos outros Estados, mas frente aos indivíduos sob sua jurisdição.²

2 Opinião Consultiva OC-2/82, de 24 de setembro de 1982, solicitada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, § 29.

Nos moldes do que fora acordado no âmbito europeu, o artigo 33 da Convenção Americana previu órgãos cuja finalidade é conferir proteção efetiva aos direitos humanos enumerados, conhecendo de assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes.

Com o tempo, ficou claro que a criação de tribunais aptos a analisar supostas violações ocorridas nos Estados sobre os quais têm jurisdição tornou-se a principal característica a destacar os sistemas regionais, cujos avanços foram facilitados pelo reduzido número de participantes e por possuírem um substrato cultural comum. (AMARAL JÚNIOR, 2013) Assim, ao iniciar o cumprimento das promessas quanto à efetividade da tutela dos direitos humanos, García Ramírez constatou que a *Convenção Europeia de Direitos Humanos* inaugurou um novo capítulo da tutela jurídica internacional atinente à matéria. (GARCÍA RAMÍREZ, 2006)

Passadas algumas décadas desde que a Corte Europeia e a Corte Interamericana começaram a funcionar, sua importância para o sistema internacional de proteção dos direitos humanos é evidente, tendo ambas preponderante papel na definição dos direitos humanos tutelados nos dois continentes. Isso resta claro porque, nessa seara, são comuns a generalidade e a vagueza das disposições normativas internacionais, permitindo-se concluir que sua proteção é, naturalmente, muito mais um exercício de prudência judicial do que labor legislativo. (RAMOS, 2012)

Portanto, a relativa simplicidade das disposições convencionais pode dar a falsa ideia de que o conhecimento do seu texto é suficiente para a apreensão de seu significado. Ao contrário, as Convenções não podem ser adequadamente compreendidas sem que seja analisada a jurisprudência de seus órgãos de controle, e normas convencionais com conteúdo amplo, como é o direito à vida privada e familiar, por exemplo, são casos claros de direitos de criação jurisprudencial, cujos contornos atuais dificilmente poderiam ser adivinhados pelo intérprete há meio século. (BULTRINI, 2002; GARCÍA ROCA et al., 2012) Pode-se, assim, dizer que as Cartas de Direitos se assemelham a um hipertexto, e o catálogo de direitos e liberdades nelas reconhecido deve ser lido à luz das concretizações jurisprudenciais. (MANES, 2012)

Documentos internacionais voltados à proteção das mulheres

Embora os documentos internacionais de caráter universal voltados à proteção dos direitos humanos não deixem de fazer referência, via de regra, à igualdade entre homens e mulheres e ao princípio da não discriminação, há que ser feita referência, aqui, a específicas convenções voltadas, essencialmente, à proteção das mulheres e eliminação de discriminações contra elas.

No âmbito das Nações Unidas, a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW), de 1979, estabeleceu, entre outras coisas, a necessidade de que os Estados tomem as medidas necessárias para modificar os modelos de comportamento e eliminar preconceitos e práticas costumeiras fundadas na ideia de inferioridade ou de superioridade de um ou de outro sexo ou de um papel estereotipado dos homens e das mulheres (art. 5º, *a*). Nesse documento, os Estados comprometem-se, também, a proteger jurisdicionalmente os direitos das mulheres em pé de igualdade com os dos homens, garantindo a proteção efetiva das mulheres contra qualquer ato discriminatório, além de assegurar que suas autoridades e instituições públicas também não praticarão tais condutas discriminatórias (art. 2º, *c e d*).

O primeiro instrumento regional de proteção de direitos humanos voltado especificamente à proteção das mulheres frente à violência de gênero foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, de 1994. Ali, além de definir violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” (art. 1º), a convenção deixa claro que tais atos se caracterizam independentemente de serem praticados na esfera familiar ou doméstica, em âmbito social ou, ainda, se a violência for perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (art. 2º). Mais do que isso, os Estados garantem absterem-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher, assim como velarem para que suas autoridades e seus funcionários atuem

de acordo com essa obrigação, comprometendo-se a agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher (art. 7º, *a e b*).

No âmbito europeu, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também conhecida como Convenção de Istambul, de 2011, parte do pressuposto de que a violência contra as mulheres é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, responsável pela dominação e discriminação das mulheres pelos homens, assim como reconhece que a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no gênero, sendo um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens. Entre suas diretrizes encontra-se não só o comprometimento dos Estados no sentido de não praticar qualquer ato de violência contra as mulheres, mas também de assegurar que suas autoridades, funcionários, agentes e instituições comportem-se em conformidade com tal obrigação, o que implica tomar as medidas necessárias para prevenir, investigar, punir e proporcionar reparação às vítimas quando os atos forem praticados por particulares (art. 5º, 1 e 2).

A partir dessas considerações, e tendo em vista o relevante papel desempenhado pelos órgãos jurisdicionais dos sistemas europeu e interamericano de direitos humanos no que diz respeito à proteção da mulher frente à violência e à discriminação, serão a seguir expostos os casos *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México* e *Talpis contra a Itália*. O primeiro foi julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro de 2009, ao passo que o segundo foi objeto de decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, março de 2017. Em ambos deve ser dada atenção ao papel das autoridades estatais na eliminação da discriminação contra as mulheres e na prevenção da violência de gênero, nem sempre tão claras quando se fala na proteção dos direitos humanos das mulheres.

Breve descrição do Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*

Os fatos que dizem respeito a esse caso ocorreram em Ciudad Juárez, localizada no México, próxima à fronteira com o Texas. Trata-se de uma cidade industrial – onde se desenvolveu a indústria da maquiagem –, com aproximadamente 1.200.000 habitantes à época dos fatos e que conta com intenso trânsito de migrantes, mexicanos e estrangeiros. Caracterizada por desigualdades sociais, a proximidade com a fronteira internacional contribuiu para o desenvolvimento de diversas formas de delinquência organizada, como o tráfico de drogas, de pessoas e de armas, além de lavagem de dinheiro – o que aumentou a insegurança e violência.³

Os fatos que deram ensejo a esse caso dizem respeito ao desaparecimento e morte das jovens Laura Berenice Ramos Monárrez, Claudia Ivette González e Esmeralda Herrera Monreal. A primeira tinha 17 anos e era estudante, sendo que a última notícia que se tinha dela era um telefonema dado a uma amiga no dia 22 de setembro de 2001, sábado, para dizer que estava pronta para ir a uma festa; no procedimento instaurado constava que desapareceu na terça-feira, 25 de setembro de 2001, sem que houvesse mais detalhes. A segunda tinha 20 anos e trabalhava numa empresa de maquiagem. Segundo uma amiga próxima, por ajudar a irmã a cuidar da filha menor, quase sempre chegava atrasada ao trabalho, sendo que, no dia 10 de outubro de 2001, chegou dois minutos atrasada e, por isso, foi impedida de entrar na empresa, desaparecendo no mesmo dia. A terceira, por sua vez, tinha 15 anos e desapareceu na segunda-feira, 29 de outubro de 2001, logo após sair da casa em que trabalhava como empregada doméstica.⁴

Nos três casos, quando as famílias se dirigiram à autoridade policial para noticiar o desaparecimento das jovens, foram informadas de que era necessário o transcurso de 72 horas após o desaparecimento para que fossem iniciadas as investigações. Perante a Corte Interamericana ficou demonstrado que nas primeiras 72 horas foram apenas registrados os

3 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, § 113.

4 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 165 a 168.

desaparecimentos, colhidos os depoimentos de quem fez a comunicação e emitido ofício ao Programa de Atenção às Vítimas de Crimes. Além dessas providências burocráticas e formais, não houve ações no sentido de mobilizar o aparato estatal para a busca real e efetiva das vítimas.⁵

Mesmo após as primeiras 72 horas, é possível observar que as autoridades pouco se empenharam para solucionar os três desaparecimentos. Por exemplo, coube às mães das moças desaparecidas iniciar as investigações por conta própria, como distribuir panfletos nas ruas, divulgar o fato nos meios de comunicação e fazer buscas. Além disso, não foi dada atenção a possíveis pistas sobre o paradeiro das vítimas, sendo que as autoridades se limitavam a colher depoimentos sem utilizá-los para embasar qualquer investigação efetiva. No caso de Laura Ramos, não foram consideradas as informações sobre o rapaz com quem falava frequentemente ao telefone, lugares que frequentava, seus planos para a noite de seu desaparecimento, sobre um rapaz com quem trabalhava e outras pessoas que poderiam fornecer informações, assim como um homem com quem, segundo testemunhas, ela queria sair. Da mesma forma, não se deu atenção à informação dada pela mãe sobre várias chamadas telefônicas que recebeu nos dias posteriores ao seu desaparecimento, sendo que, numa delas, ela ouviu a voz de sua filha discutindo com alguém. Já no caso de Claudia González, não foram consideradas declarações que poderiam ajudar nas buscas pela jovem, como a informação sobre um rapaz com quem ela saía, um casal que parecia observá-la sempre que passava na rua e um colega de trabalho que a assediava.⁶

Tão ou mais sintomático da forma como as mulheres são consideradas naquele contexto é o tratamento dado pelas autoridades policiais aos familiares das vítimas quando a eles se dirigiam para noticiar o desaparecimento de mulheres. Segundo os parentes, as autoridades minimizavam os fatos ou os desacreditavam, sob o pretexto de que as moças estariam com o namorado; além disso, perguntavam, rotineiramente, sobre as preferências sexuais das vítimas. A mãe de Esmeralda Herrera, por exemplo,

5 Caso González e outras (*Campo Algodoeiro*) contra o México, §§ 169 a 181.

6 Caso González e outras (*Campo Algodoeiro*) contra o México, §§ 182 a 194.

ouviu do policial que sua filha não estava desaparecida, mas estaria com o namorado, e que se estava desaparecida era porque ela tinha procurado por isso, já que uma boa menina costuma ficar em casa. À mãe de Claudia González foi dito que era certeza de que a filha estaria com o namorado, porque as garotas em geral eram muito “dadas” e se atiravam aos homens, além de dizer que logo voltaria. Já para a mãe de Laura Ramos, as autoridades disseram que todas as garotas se perdem, querem fugir com o namorado ou viver a vida sozinhas. Uma vez, pediu aos policiais para acompanharem-na a um baile para procurar sua filha, ao que responderam que seria tarde demais e já estariam indo descansar. Dando-lhe um tapinha nas costas disseram para que “bebesse umas geladas à nossa saúde” porque não poderiam acompanhá-la.⁷

Apurou-se, ainda, que as autoridades decidiam se investigavam ou não os desaparecimentos de mulheres a partir do *status* que a vítima – a critério do investigador – tinha na sociedade. Significa que, se a mulher gostava de se divertir, sair para dançar, tinha amigos e uma vida social, era considerada corresponsável pelo que lhe aconteceu. Dessa forma, as autoridades estigmatizavam as vítimas de desaparecimento pelo fato de serem mulheres, o que ficava claro quando sugeriam que tivessem fugido com o namorado ou fossem “dadas”, sendo que chegaram a culpar as mães por permitirem que suas filhas andassem sozinhas ou saíssem à noite.⁸

Expressão ainda mais clara da discriminação pelas autoridades em relação às mulheres desaparecidas está no fato de que a avaliação pessoal sobre o *status* da vítima transformou-se em política institucional levada a cabo pelos funcionários estatais, segundo a qual distinguiram “desaparecimentos de alto risco” dos demais casos. Os “desaparecimentos de alto risco” eram assim considerados a partir do comportamento das vítimas, de modo que só se encaixavam nessa categoria as mulheres que tivessem uma “rotina estável”, ou seja, uma “vida não reprovável”. A prova incontestável da discriminação e disfuncionalidade desse critério está no fato de que, segundo informe da Anistia Internacional, do total de 69

7 Caso González e outras (*Campo Algodoeiro*) contra o México, §§ 196 a 201, e 207.

8 Caso González e outras (*Campo Algodoeiro*) contra o México, § 202.

desaparecimentos registrados em março de 2003, apenas um foi considerado pelas autoridades como de “alto risco”.⁹

No dia 6 de novembro de 2001, os corpos das três mulheres até então desaparecidas foram encontrados num campo algodoeiro. A forma como se encontravam sugere, com alta probabilidade, que tenham sido violados e abusados sexualmente com extrema crueldade.¹⁰

Frente a esses fatos, e também porque no período de seis anos o Estado não havia avançado no esclarecimento dos fatos e sua responsabilidade, a Comissão Interamericana solicitou à Corte que declarasse que o Estado descumpriu sua obrigação de garantir o direito à vida das vítimas mediante a adoção de medidas para evitar suas mortes, incorrendo, desse modo, numa violação ao artigo 4º da *Convenção Americana de Direitos Humanos*, em conexão com os artigos 1.1 e 2º do mesmo tratado.¹¹ Solicitou que declarasse que o Estado falhou em seu dever de atuar com a devida diligência para prevenir, investigar e sancionar os atos de violência sofridos pelas vítimas em contradição ao art. 7º da *Convenção de Belém do Pará*.¹² Além disso, sustentou que o Estado descumpriu sua obrigação de

9 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 204 a 208.

10 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 209 a 221.

11 De acordo com o art. 1.1, “Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social”. O art. 2º, relativo ao dever de adotar disposições de direito interno, indica que “se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades”. O art. 4º, intitulado “Direito à vida”, estabelece no item 1 que “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”.

12 O art. 7º da *Convenção de Belém do Pará* estabelece que “Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em: a. abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação; b. agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher; c. incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, admi-

investigar efetiva e adequadamente o desaparecimento e posterior morte das jovens González, Herrera e Ramos, em violação aos artigos 8º, 25 e 1.1 da Convenção Americana.¹³

Assim, as questões enfrentadas pela Corte Interamericana dizem respeito à caracterização dos crimes descritos como “violência contra a mulher”, nos termos da Convenção de Belém do Pará, assim como a responsabilidade do Estado em relação a eles. Segundo a Comissão Interamericana e os representantes das vítimas, os homicídios analisados nesse caso são caracterizados por extrema crueldade, são crimes de ódio e misóginos, acompanhados de enorme tolerância social e estatal à violência genérica contra as mulheres.¹⁴

Quanto à primeira questão, embora a Corte já tivesse estabelecido que nem toda violação a um direito humano cometida contra uma mulher constitui necessariamente uma violação às disposições da Convenção de Belém do Pará, três características do caso concreto levam à conclusão de

nistrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis; d. adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade; e. tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher; f. estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos; g. estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha efetivo acesso a restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes; h. adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção”.

13 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, § 109. Quanto à Convenção Americana de Direitos Humanos, seu art. 8º estabelece as garantias judiciais asseguradas a todos os acusados e o art. 25 estabelece que “1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais. 2. Os Estados-partes comprometem-se: a) a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso; b) a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e c) a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso”.

14 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, § 222.

que se tratar de violência de gênero, nos termos do referido documento internacional.

Em primeiro lugar, o próprio Estado reconheceu a situação de violência contra a mulher na Ciudad Juárez, atrelando a crueldade dos homicídios contra as mulheres à influência de uma cultura de discriminação contra a mulher. Os informes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da CEDAW e da Anistia Internacional, entre outros, indicam que muitos homicídios contra as mulheres naquela cidade são manifestações de violência baseada no gênero: as três vítimas do presente caso eram mulheres jovens, de poucos recursos, trabalhadoras ou estudantes, como muitas das vítimas dos homicídios ocorridos em Ciudad Juárez. Elas ficaram desaparecidas e seus corpos foram encontrados num campo algodoeiro, tendo sido provado que sofreram graves agressões físicas e muito provavelmente violência sexual antes de serem mortas.¹⁵

Quanto à atribuição de responsabilidade ao Estado pela morte das três vítimas, é preciso lembrar que, segundo a jurisprudência da Corte Interamericana, a obrigação de garantia dos direitos humanos pode ser cumprida de diferentes maneiras, em função do específico direito a ser garantido e de suas particulares necessidades de proteção. Isso implica o dever dos Estados de organizar todo o aparato governamental de modo a ser capaz de assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos humanos. Faz parte de tal obrigação prevenir, razoavelmente, as violações a direitos humanos, investigar seriamente, com os meios a seu alcance, as violações praticadas em sua jurisdição a fim de identificar os responsáveis, aplicar as devidas sanções e proporcionar às vítimas a adequada reparação. É fundamental identificar se uma determinada violação ocorreu com apoio ou tolerância do poder público ou se este atuou de modo falho na sua prevenção ou repressão.¹⁶

Nesse sentido, a Corte recorda que a observância ao artigo 4º, relacionado ao artigo 1.1 da Convenção Americana, não só pressupõe que ninguém seja privado de sua vida arbitrariamente (obrigação negativa),

15 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 227 a 230.

16 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, § 236.

mas também requer que os Estados adotem todas as medidas apropriadas para proteger e preservar o direito à vida (obrigação positiva), conforme o dever de garantir o pleno e livre exercício dos direitos de todas as pessoas sob sua jurisdição. Em relação à obrigação de garantir o direito reconhecido no artigo 5º da Convenção Americana, cabe ao Estado prevenir e investigar possíveis atos de tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes praticados em seu território.¹⁷

Com base em informes de órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos, é possível constatar que, à época dos crimes descritos, a inexistência de políticas e medidas voltadas à prevenção, investigação e punição da violência contra a mulher permitiram que preponderasse uma cultura de impunidade e fosse provocada considerável sensação de insegurança em muitas mulheres de Ciudad Juárez. Não obstante essa conclusão, a Corte Interamericana considerou que a responsabilidade internacional do México restou caracterizada apenas a partir do desaparecimento das vítimas, quando o Estado teve conhecimento de que existia um risco real e imediato de que as moças fossem sexualmente violadas e assassinadas. Ao serem procuradas pelas famílias das vítimas, as autoridades deveriam ter realizado todas as diligências necessárias a esclarecer o desaparecimento de mulheres, especialmente nas primeiras horas e primeiros dias. Também deveriam ter sido realizadas exaustivas buscas, uma vez que deveriam presumir que a pessoa desaparecida estivesse com vida, privada de liberdade. No entanto, além de ter o Estado se limitado a realizar meras formalidades e tomar declarações inúteis, que não levaram a posteriores investigações, o comportamento de seus funcionários levou a demoras injustificadas, em total desacordo com a gravidade dos casos concretos, o que é agravado pela situação de especial vulnerabilidade das mulheres, circunstância conhecida pelo Estado.¹⁸

17 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 245 e 246. O art. 5º da Convenção Americana, intitulado “Direito à integridade pessoal”, estabelece que “1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano [...]”.

18 Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, §§ 249 a 285.

Em razão do que foi aqui exposto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou o Estado responsável pela violação dos direitos à vida, integridade física e liberdade pessoal reconhecidos nos artigos 4.1, 5.1, 5.2 e 7.1 da Convenção Americana, em relação com a obrigação geral de garantia, contemplada no art. 1.1, a obrigação de adotar disposições de direito interno, contemplada no art. 2º do mesmo documento e as obrigações dispostas nos artigos 7.b e 7.c da Convenção de Belém do Pará, pelos crimes praticados contra as três mulheres acima referidas.¹⁹

Breve descrição do caso Talpis contra a Itália

No dia 2 de junho de 2012, Elizaveta Talpis chamou a polícia em sua casa porque seu marido, um alcoólatra que costumava agredi-la fisicamente já há bastante tempo, havia agredido a ela e também a sua filha. Com a chegada dos policiais, o marido, A.T., deixou a casa da família, e foi elaborado boletim de ocorrência em que constou que Elizaveta fora espancada e mordida no rosto e na perna esquerda, além de ter várias contusões, enquanto a filha, ao intervir para defender a mãe, foi igualmente agredida e apresentava ferimentos no pescoço e nos dois braços. Mãe e filha não foram informadas sobre a possibilidade de darem início à investigação criminal ou de contatarem um centro para mulheres vítimas de violência. Elas se dirigiram à sala de emergência para relatar seus ferimentos, mas, depois de três horas sem serem atendidas, decidiram voltar para casa.²⁰

Após esse evento, a esposa de A.T. passou a dormir no porão de sua casa, para se proteger de futuras agressões. No dia 19 de agosto de 2012, depois de um telefonema ameaçador do marido e constatar o portão da casa quebrado, ela procurou um amigo para abrigá-la durante a noite, mas sua ligação não foi atendida e decidiu voltar para casa. Ali, A.T. a atacou com uma faca e a obrigou a segui-lo para ter relações sexuais com seus amigos. Embora no caminho ela tenha pedido ajuda à polícia que patrulhava a região, os policiais limitaram-se a verificar seus documentos de

¹⁹ Caso *González e outras (Campo Algodoeiro) contra o México*, § 286.

²⁰ Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 9 a 11.

identidade e os de A.T., e, apesar de ela ter dito que havia sido ameaçada e machucada pelo marido, apenas sugeriram que ela voltasse para casa e pediram para o marido afastar-se dela. Após chegar em casa, Elizaveta telefonou à emergência e foi levada ao hospital, onde os médicos observaram, entre outras coisas, que ela sofrera traumatismo craniano, ferimento na cabeça, várias escoriações no corpo e hematoma no peito.²¹

No hospital, ao ser ouvida por assistente social, a vítima declarou não querer voltar à casa, razão pela qual foi abrigada numa associação de proteção a mulheres vítimas de violência. Em 5 de setembro de 2012, ela formalizou acusação contra o marido, relatando a prática de lesões corporais, maus-tratos e ameaças. Pediu às autoridades que tomassem medidas urgentes para protegê-la e também proteger seus filhos, evitando que A.T. se aproximasse deles, e informou que A.T. continuava a assediá-la por telefone.²²

Foi iniciada uma investigação criminal contra o A.T. por abuso familiar, lesões corporais agravadas e ameaças, sendo que a polícia encaminhou o procedimento ao Ministério Público, em 9 de outubro de 2012. Tendo em vista o pedido de medidas protetivas, foram determinadas medidas urgentes de investigação em 15 de outubro de 2012.²³

Ocorre, entretanto, que, após três meses de acolhimento na associação de proteção a mulheres, o funcionário dos serviços sociais da localidade em que se encontrava (Udine) informou àquela instituição que não mais havia fundos disponíveis para bancar a vítima ou fornecer-lhe outra solução de acomodação.²⁴ Assim, no dia 4 de dezembro de 2012, Elizaveta deixou o abrigo para procurar trabalho. Após dormir na rua e ser abrigada por amigos, começou a trabalhar como cuidadora de idosos e chegou a

21 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 13 a 16.

22 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 18 a 21.

23 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 22 a 24.

24 Segundo o Estado italiano, uma vez que a vítima não foi inicialmente apoiada pelos serviços sociais da Câmara Municipal de Udine, que tratava de vítimas de violência em outro projeto, chamado “Tolerância Zero”, a associação não poderia receber os recursos necessários para acolhê-la. Além disso, as mulheres vítimas de violência podem contatar os serviços sociais para pedir ajuda, o que a solicitante não teria feito. Caso *Talpis contra a Itália*, § 26.

alugar um apartamento, embora durante todo o tempo sofresse pressão psicológica por parte de A.T. para que retirasse a “queixa”.²⁵

Diante da inércia da polícia, o Ministério Público solicitou, novamente, em 18 de março de 2013, que fossem feitas as investigações do caso. Foi, no entanto, somente em 4 de abril – sete meses após a apresentação da “queixa” – que a vítima foi ouvida pela primeira vez pela polícia, momento em que amenizou a gravidade dos fatos. Em relação ao episódio de junho de 2012, afirmou que o marido havia tentado bater nela, mas não tinha efetivamente batido, assim como sua filha não havia sido espancada. Quanto aos fatos de agosto do mesmo ano, disse que de fato apanhou, mas não fora ameaçada com faca; disse, também, que à época não falava bem o italiano e, por isso, expressou-se mal, afirmando que o marido não a forçou a ter relações sexuais com outras pessoas. Disse ter voltado a morar na casa com a família, que não falou com o marido ao telefone enquanto esteve abrigada na associação e assegurou que, exceto pelo alcoolismo de A.T., ele era bom pai e bom marido, a situação em casa estava calma, sem a ocorrência de outros episódios de violência.²⁶

Frente a esse depoimento, em decisão de 1º de agosto de 2013, não foi considerada caracterizada a infração de “abuso familiar” por parte de A.T., por não ter sido verificada a repetição de episódios de violência. Quanto à ameaça agravada pelo uso de arma, as declarações da vítima foram tidas como contraditórias, sendo que, no relatório hospitalar, não havia referência a ferimentos causados por faca.²⁷

No que se refere às lesões corporais praticadas em agosto de 2012, A.T. recebeu, no dia 18 de novembro de 2013, notificação de audiência perante o Juiz de Paz marcada para maio de 2014.²⁸

Uma semana depois, na noite de 25 de novembro de 2013, Elizaveta solicitou intervenção policial devido a uma discussão com o marido. Ao chegarem à sua casa, os policiais encontraram a porta da casa quebrada e

25 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 24 a 28.

26 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 29 e 30.

27 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 32 a 34.

28 Caso *Talpis contra a Itália*, § 36.

o chão coberto de garrafas de bebida alcoólica. A vítima afirmou que o marido estava sob a influência de álcool e que ela decidira pedir ajuda porque achava que ele precisava de um médico. O filho do casal afirmou que seu pai não era violento, e tanto ele como a mãe não apresentavam sinais de violência.²⁹

A.T., por sua vez, embora tenha sido levado ao hospital, evadiu-se de lá durante a noite. Ao caminhar na rua de volta para casa, durante a madrugada, ele foi parado pela polícia para verificação de identidade, quando foi registrado pela autoridade seu estado de embriaguez e dificuldade para equilibrar-se, foi advertido e liberado em seguida.³⁰ Às 5 horas da manhã, A.T. entrou no apartamento da família, armado com uma faca de cozinha, com a intenção de matar Elizaveta. Para impedir esse fato, o filho do casal tentou segurar seu pai, momento em que foi esfaqueado três vezes e, em seguida, morreu. Elizaveta tentou fugir, mas A.T. a seguiu e conseguiu segurá-la, esfaqueando-a várias vezes no peito; ela, no entanto, não morreu.³¹

Em janeiro de 2015, A.T. foi condenado à prisão perpétua e indenização no valor de 400.000 euros pelo homicídio de seu filho e tentativa de homicídio da sua esposa, além dos maus-tratos à família. Apurou-se, no processo, que Elizaveta e seus filhos viviam num clima de constante violência, em que eram habituais agressões e ameaças. A mudança nas declarações iniciais da esposa sobre o comportamento de A.T. foi decorrente da pressão psicológica sofrida por ela: A.T. sentia ódio da esposa, e os crimes praticados em 25 de novembro de 2013 tiveram como causa a tentativa de Elizaveta de afastar-se do marido.³²

Apesar da condenação de A.T., Elizaveta dirigiu-se à Corte Europeia de Direitos Humanos e alegou que, por sua inércia e indiferença, as autoridades italianas, embora conscientes da violência doméstica da qual era vítima, não tomaram as medidas necessárias e adequadas para proteger

29 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 37 e 38.

30 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 39 a 41.

31 Caso *Talpis contra a Itália*, § 42.

32 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 31, 46 e 47.

sua vida e a de seu filho, acusando a Itália da violação dos artigos 2º, 3º e 8º da *Convenção Europeia de Direitos Humanos*.³³

Ao julgar o caso, a Corte Europeia lembrou que, entre as obrigações positivas impostas aos Estados pela Convenção – o que inclui os artigos 2º, 3º e 8º –, encontra-se o dever de estabelecer e aplicar um arcabouço legal apropriado a fornecer proteção contra atos de violência.³⁴

No que diz respeito à proteção da vida, além da evidente lesão sofrida pelo filho da requerente, ela própria também pode ser considerada desprotegida nos termos da Convenção, uma vez que teve sua vida exposta a perigo. Embora a violência exercida contra ela não tenha sido letal, a interpretação dada ao art. 2º da Convenção Europeia inclui casos em que o uso da força pode involuntariamente causar a morte da vítima. Isso porque a primeira sentença do art. 2º, §1º, impõe ao Estado não só se abster de causar a morte de forma voluntária e ilícita, mas também o obriga a tomar as medidas necessárias para proteger a vida das pessoas sob sua jurisdição.³⁵

No contexto específico da violência doméstica, as medidas de proteção são concebidas para evitar o mais rapidamente possível uma situação de perigo – e isso foi claramente desconsiderado quando se constata que

33 Caso *Talpis contra a Itália*, § 76. De acordo com o art. 2º, intitulado “Direito à vida”, “1. O direito de qualquer pessoa à vida é protegido pela lei. Ninguém poderá ser intencionalmente privado da vida, salvo em execução de uma sentença capital pronunciada por um tribunal, no caso de o crime ser punido com esta pena pela lei. 2. Não haverá violação do presente artigo quando a morte resulte de recurso à força, tornado absolutamente necessário: a) Para assegurar a defesa de qualquer pessoa contra uma violência ilegal; b) Para efectuar uma detenção legal ou para impedir a evasão de uma pessoa detida legalmente; c) Para reprimir, em conformidade com a lei, uma revolta ou uma insurreição”. O art. 3º, intitulado “Proibição da tortura”, estabelece que “Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes”. O art. 8º, intitulado “Direito ao respeito pela vida privada e familiar”, estabelece: “1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência. 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros”.

34 Caso *Talpis contra a Itália*, § 100.

35 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 107 a 110. São citados pela Corte Europeia, como precedentes, os casos *Makaratzis contra a Grécia*, §§ 49-55, *LCB contra o Reino Unido*, § 36, e *Osman contra o Reino Unido*, §§ 115-122,

a requerente somente foi ouvida pelas autoridades sete meses após ter levado a conhecimento as agressões sofridas. Para a Corte Europeia, tal atraso a privou da proteção imediata exigida pela situação, independentemente de, no período em questão, ela não ter sido vítima de outros atos de violência física por parte de A.T. Os juízes de Estrasburgo consideraram que não poderia ser ignorado o sentimento de medo em que a vítima vivia, sendo assediada diariamente por telefone enquanto estava no centro de proteção.³⁶

Para a Corte, ao não agirem rapidamente após a serem informadas das agressões pela vítima, as autoridades italianas deixaram a “queixa” sem eficácia, criando um contexto favorável à impunidade de A.T. pelos repetidos atos de violência contra sua família. Observou-se que, na noite de 25 de novembro de 2013, as autoridades policiais foram alertadas duas vezes sobre o estado de embriaguez do agressor, e em nenhuma das oportunidades ofereceram proteção adequada à requerente, embora soubessem que já houvera violência doméstica no seio daquela família e ainda estava pendente de apuração um procedimento relativo a lesões corporais praticadas por A.T. contra Elizaveta.³⁷

Na opinião da Corte Europeia de Direitos Humanos, o risco de ameaça real e imediata deve ser avaliado no contexto específico da violência doméstica, caracterizado por sucessivos episódios de agressão que se repetem ao longo do tempo dentro da unidade familiar. Assim, a conclusão foi no sentido de que as autoridades nacionais não atuaram com a devida diligência, falhando na sua obrigação positiva de proteger a vida da requerente e de seu filho, motivo pelo qual a Itália foi condenada por violação ao art. 2º da Convenção Europeia.³⁸

Com relação à suposta violação do art. 3º da Convenção Europeia, a Corte observou que a violência infligida à requerente resultou em lesões corporais e pressão psicológica suficientemente graves para serem qualificadas como maus-tratos, na acepção do art. 3º. A dúvida que podia haver

36 Caso *Talpis contra a Itália*, § 114.

37 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 117 a 120.

38 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 122 a 125.

dizia respeito, então, à contribuição das autoridades para referida violação, a fim de apurar a responsabilidade do Estado.³⁹

A Corte Europeia reiterou, nesse ponto, a diligência especial necessária ao tratamento das apurações de violência doméstica, considerando suas especificidades, como consta no preâmbulo da Convenção de Istambul. Por esse documento, os Estados devem tomar as medidas legislativas e outras necessárias para assegurar que as investigações e os procedimentos judiciais referentes à matéria não padeçam de demora injustificada, tendo em vista os direitos das vítimas em todas as fases do processo. De acordo com a argumentação da Corte, no tratamento judicial dos casos envolvendo violência doméstica contra mulheres, as autoridades nacionais devem levar em consideração a situação precária e a vulnerabilidade particular, moral, física e/ou material da vítima, de modo a tomar as providências necessárias o mais rápido possível.⁴⁰

No caso analisado, foi considerada inexplicável a passividade das autoridades estatais durante período tão longo – sete meses – antes do início do processo penal. Da mesma forma, nada explica o motivo do processo por lesões corporais graves, praticadas em 2012, ter durado três anos, terminando em 1º de outubro de 2015, com a condenação de A.T. à multa de 2.000 euros.⁴¹

Diante desses fatos e argumentos, a Itália também foi condenada por violar o artigo 3º da Convenção Europeia.⁴²

Por fim, a Corte Europeia analisou a violação ao artigo 14 da *Convenção Europeia de Direitos Humanos*, que protege os indivíduos contra discriminação em razão do sexo, entre outras hipóteses.⁴³ Isso porque, segundo a requerente, a omissão das autoridades italianas demonstra discriminação

39 Caso *Talpis contra a Itália*, § 126.

40 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 129 e 130.

41 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 35 e 130.

42 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 131 e 132.

43 O art. 14, intitulado “Proibição de discriminação”, estabelece que “O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação”.

à mulher e, ainda, que o aparato legislativo nacional para combater a violência doméstica não está apropriado para protegê-la.⁴⁴

Nesse ponto, a Corte recordou sua jurisprudência no sentido de que o fracasso, ainda que involuntário, de um Estado na sua obrigação de proteger mulheres contra a violência doméstica constitui violação do direito das mulheres à igual proteção perante a lei. Assim, a passividade generalizada e discriminatória da polícia cria um clima propício à reiteração dessa violência, razão pela qual viola o artigo 14 da Convenção. Além disso, tal tratamento discriminatório pelas autoridades não deve ser caracterizado como mero fracasso ou atraso no tratamento da violência de gênero, mas repetidas tolerâncias em relação a estes fatos pelo fato da vítima ser uma mulher em situação de violência doméstica. Em outras palavras, ao subestimarem, pela sua inércia, a gravidade dos fatos levados a seu conhecimento, as autoridades apoiam sua prática.⁴⁵

Nestes termos, a Itália foi também condenada por violar o artigo 14 da *Convenção Europeia de Direitos Humanos*, em conexão com os artigos 2º e 3º.⁴⁶

Considerações sobre a importância dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos das mulheres frente às omissões dos estados

As duas decisões descritas, em que pese se relacionarem a fatos praticados em contextos claramente diferentes, são convergentes na medida em que os Estados foram condenados pelo mesmo motivo: as autoridades encarregadas de promover a proteção das mulheres frente a agressões decorrentes das relações de gênero foram omissas no cumprimento de seus deveres.

44 Caso *Talpis contra a Itália*, § 133.

45 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 141 e 145. Na decisão, são citados os seguintes precedentes: *Opuz contra a Turquia*, §§ 191 e ss.; *Eremia contra a República da Moldávia*, §§ 89 e 98; *T. M. e C. M. contra a República da Moldávia*, § 62; *Mudric contra a República da Moldávia*, § 63.

46 Caso *Talpis contra a Itália*, §§ 148 e 149.

Nesse contexto, algumas considerações podem ser feitas com o intuito de sublinhar o papel das cortes regionais de direitos humanos para a proteção das mulheres frente à violência de gênero e apontar rumos para o melhor desempenho de tais atividades.

É importante destacar a liderança da Corte Interamericana de Direitos Humanos nessa matéria. Ao reconhecer os crimes praticados em Ciudad Juárez como expressão da violência de gênero contra as mulheres, no caso *Campo Algodoeiro*, a corte declarou, pela primeira vez na história do direito internacional dos direitos humanos, a responsabilidade de um Estado por não haver atuado com a devida diligência para a prevenção, punição e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. (MERLI, 2015)

Aliás, quando se observa o que de fato estava subjacente às relações humanas estabelecidas naquela região, vê-se com clareza a conotação social, cultural e política que cercam os crimes contras as mulheres baseados em relações assimétricas de gênero. O caso aqui analisado expõe alguns dos mais aviltantes exemplos de violações a direitos humanos das mulheres, também presentes em inúmeros outros ambientes ao redor do mundo e capazes de escancarar tanto a impotência institucional como a cumplicidade cultural machista que permeiam o drama da violência de gênero. (MERLI, 2015)

Já no caso italiano, em que pese o contexto dos fatos ser outro, a pouca atenção dada pelas autoridades estatais às características da violência de gênero e à necessidade de serem empenhados cuidados específicos à sua prevenção foi responsável por não impedir que um marido fortemente alcoolizado e com histórico de agressões à esposa pudesse voltar para sua casa em tais condições. Se neste caso a cultura machista institucional não é tão evidente como no caso mexicano, sua sutileza é igualmente prejudicial aos direitos das mulheres, que se encontram sob a jurisdição do Estado, independentemente da consciência que os agentes estatais tenham em relação a ela.

Embora tanto a Corte Interamericana como a Europeia tenham julgado diversos outros casos envolvendo violência de gênero como espécie de violação a direitos humanos, a análise conjunta dos dois casos estudados

neste capítulo ilustra como a cultura do domínio do homem sobre a mulher pode levar a diferentes formas de abusos e agressões.

Essa diversidade dos modos de violência de gênero põe em evidência o destacado papel das cortes regionais de proteção dos direitos humanos para a proteção das mulheres. Uma vez que os comportamentos não podem ser apartados dos sistemas de cultura e das organizações sociais em que historicamente surgem, marcados por hábitos, costumes e crenças, verifica-se o crescimento de uma tendência à “regionalização” dos instrumentos para seu enfrentamento. Assim, a partir de diretrizes internacionais, a atuação das Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos permite aproximar-se da questão da tutela dos direitos das mulheres e, particularmente, do combate à violência de gênero sob uma ótica local que facilite a adoção das iniciativas mais úteis ao enfrentamento do fenômeno no âmbito regional, com medidas mais eficazes frente a formas de violência que são social e culturalmente determinadas. (MERLI, 2015)

Conclusões

No processo de afirmação e desenvolvimento dos direitos humanos nos ordenamentos jurídicos internacional e nacionais, são de grande importância as Convenções Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, assim como seus respectivos órgãos jurisdicionais encarregados de proteger referidos direitos.

Quanto à tutela dos direitos das mulheres frente à violência de gênero, merecem destaque a Convenção de Belém do Pará, de 1994, e a Convenção de Istambul, de 2011. A primeira foi criada no âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, ao passo que a segunda se insere no equivalente sistema europeu.

O caso *Campo Algodoeiro contra o México*, julgado em 2009 pela Corte Interamericana, e o caso *Talpis contra a Itália*, julgado em 2017 pela Corte Europeia, são dois exemplos de responsabilização internacional dos Estados por terem falhado na prevenção da violência de gênero. Embora os contextos sejam diferentes, em ambos se verifica como a cultura machista se encontra presente nas instituições estatais e colocam as

mulheres em situação de ainda maior vulnerabilidade quando necessitam da proteção das autoridades frente às agressões sofridas apenas pelo fato de serem mulheres.

Tendo em vista os casos de violência de gênero se encontrarem amparados pelo contexto social em que ocorrem, sua eliminação demanda mudança de cultura e valores, o que não ocorre de uma hora para a outra. No entanto, a regionalização do enfrentamento do problema pode facilitar essa tarefa, razão pela qual as cortes regionais de proteção dos direitos humanos têm um papel fundamental em seus respectivos âmbitos de atuação.

Referências

AMARAL JÚNIOR, A. *Curso de Direito Internacional Público*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho; apres. Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BULTRINI, A. Il meccanismo di protezione dei diritti fondamentali istituito dalla Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo. Cenni introduttivi. In: NASCIMBENE, B. (a cura di). *La Convenzione Europea dei Diritti dell'Uomo: Profili ed effetti nell'ordinamento italiano*. Milano: Giuffrè, 2002. p. 3-53.

FRAGOSO, H. C. *Direito penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

GARCÍA RAMÍREZ, S. *Conferência proferida ao receber o Doctorado Honoris Causa da Universidade Argentina John F. Kennedy*, em Buenos Aires, em 7 de abril de 2006. Disponível em: <www.ucipfg.com/Repositorio/MCSH/MCSH-01/Unidad_4/lecturas-Complementarias/Derechos_Humanos_y_Jurisdiccion_Interamericana_Sergio_Ramirez.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

GARCÍA ROCA, J.; NOGUEIRA ALCALÁ, H.; BUSTOS GISBERT, R. La comunicación entre ambos sistemas y las características del diálogo. In: GARCÍA ROCA, J. (Ed.). *El Diálogo entre los Sistemas Europeo y Americano de Derechos Humanos*. Madrid: Civitas, 2012. p. 65-107.

MANES, V. Diritto penale e fontisovranazionali. In: INSOLERA, Gaetano et al. *Introduzione al sistema penale*. 4. ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2012. v. 1. p. 157-223.

MERLI, A. Violenzadigener e feminicídio. *Diritto Penal e Contemporaneo*, n. 1, 2015.

MEZZETTI, L. *Human Rights*. Bologna: Bononia Universtity Press, 2010.

PIOVESAN, F. C. Direitos Humanos e a Jurisdição Constitucional Internacional. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 1, p. 147-161, jan./jul. 2003.

RAMOS, A. de C. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.